

JUSTIÇA & CIDADANIA

ISSN 1807-779X
Edição 125 - Dezembro de 2010
R\$ 16,90

DESEMBARGADOR NELSON HENRIQUE CALANDRA
PRESIDENTE DA AMB

**AMB, UMA
TRINCHEIRA DE LUTA**

Editorial: A ÉTICA E A MORALIDADE PÚBLICA. ONDE ESTÃO?

O ESTADO ASSASSINO

Rodolfo Konder

Jornalista

Diretor da ABI em São Paulo

Membro do Conselho Municipal de Educação



Neste momento, pessoas estão sendo decapitadas, fuziladas, enforcadas, apedrejadas até a morte, eletrocutadas, eliminadas em câmaras de gás ou por meio de injeções em mais de 90 países. Desarmadas, indefesas, elas são, na verdade, assassinadas. Por quem? Pelo Estado.

A pena de morte é um perigoso tumor moral e social. Vamos lancetá-lo. Em primeiro lugar, ela tem sido um instrumento para que os governos invistam contra seus adversários políticos, como está acontecendo na China, ou para que eliminem minorias étnicas incômodas, como ocorre com os curdos, no Irã. Tem servido, também, para a bárbara punição a mulheres adúlteras em países muçulmanos.

No instante em que abandonamos o princípio de que a vida é intocável, abrimos uma imensa caixa de Pandora, liberando todos os monstros do *id* social. Ressentimentos, ódios, rancores, mágoas, frustrações, sentimentos de vingança, tudo vem à tona. Resultado: destruímos as bases morais da própria sociedade em que vivemos, empurrando-a para a barbárie.

Outro ponto importante: a pena de morte é sempre instrumento dos preconceitos existentes naquela sociedade que a aplica. Preconceitos sociais, preconceitos raciais. Nos Estados Unidos, um levantamento mostra com clareza: nos estados do sul, racistas, se um crime é cometido por um

branco contra um negro, a porcentagem de condenações e execuções é baixa; se o mesmo crime é cometido por um negro contra um branco, é elevada.

Um estudo da Anistia Internacional mostra também como funciona a Justiça norte-americana. Exemplo: duas pessoas acusadas exatamente pelo mesmo crime podem pegar penas diferentes. Há casos em que uma pega 20 anos de prisão e a outra é levada à cadeira elétrica. Por quê? Porque a pena depende muito de como o processo é encaminhado; às vezes, o agente de investigação, em troca de informações sobre outros delitos, encaminha o caso de maneira benevolente; às vezes, encaminha com rigor. A conclusão: a pena depende do agente de investigação, da composição do júri, do juiz, dos preconceitos locais, do clima criado em torno do caso. Uma verdadeira loteria da morte. E se lá, em um país mais civilizado, as coisas acontecem assim, imaginemos como seria aqui...

O estudo aponta igualmente a existência de 32 casos de gente inocente executada nos Estados Unidos desde o começo do século passado: um erro judiciário – nesse caso, irreversível. Ainda há dias, quatro irlandeses foram libertados pela Justiça inglesa como inocentes; haviam sido condenados como terroristas à prisão perpétua quinze anos atrás. E se tivessem pegado a pena capital?

Mas a pena de morte não ajuda a reduzir a criminalidade? Não; quem diz isso mente. Não contribui em nada para a redução dos crimes, nem da violência.

E se matassem seu filho?

Respondo sempre que não sei como reagiria dominado por emoção violenta. Talvez até desse um tiro no criminoso. Mas, como cidadão, teria que responder pelo meu ato perante a Justiça. E cabe, aqui, separar bem as coisas. A justa e humana indignação que me dominaria não pode dominar o Estado, responsável pela elaboração de leis, normas racionais, regras que ajudam a criar uma convivência civilizada entre as pessoas. O Estado tem a responsabilidade pela criação de um mundo mais civilizado, não pode se curvar diante de sentimentos como o ódio ou a vingança.

Finalmente, cumpre esclarecer que matar uma pessoa é mais caro do que mantê-la na cadeia para o resto da vida, como mostra um estudo feito pela Suprema Corte do Estado de Nova York. Uma questão eticamente inadmissível, mas frequentemente levantada pelos gigolôs da pena capital.

O que a população deseja, na verdade, é uma Justiça ágil e eficiente, leis rigorosas, uma polícia bem aparelhada e íntegra, penitenciárias erguidas de acordo com os padrões mínimos de segurança. Ela quer segurança. Precisa acreditar na lei. Mas sabe, também, que a desigualdade social é a grande fonte do banditismo e da violência.

